

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, torna público que estará recebendo os envelopes de Documentos de Habilitação e Propostas de Preços referentes à Tomada de Preços n.º 005/2019.

A presente licitação, do tipo **Menor Preço Total**, é regida pelas normas da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações e Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016.

As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob os códigos 03.08 – DPI – 17.512.013.1.170 – 4.4.90.51.91.18.00.00 e 03.08 – DEG – 17.512.005.1.171 – 4.4.90.51.91.17.00.00.

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para prestação de serviços e mão de obra, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, para elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação completa de guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção, padrão plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV), perfil pultrudado, com a remoção das estruturas existentes, para as Estações de Tratamento de Água e Esgoto do SAMA E, em Caxias do Sul – RS, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI.

1.1 A execução dos serviços obedecerá fielmente às especificações constantes do Termo de Referência – Anexo VI, às normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, aplicáveis aos serviços e demais dispositivos legais vigentes.

2. DO INFORMATIVO

2.1. Data de abertura dos envelopes: **15 de maio de 2019.**

2.2. Horário: **9 horas.**

2.3. Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, térreo, Centro, em Caxias do Sul – RS.

2.4. Recepção: Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações.

2.5. Caso a proponente opte por remeter os envelopes descritos no item 4, com antecedência, deverão ser encaminhados para:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E
TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019
ABERTURA: **15/05/2019 – 9h**
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E
RUA PINHEIRO MACHADO, N.º 1615 – 95020 –170 – CAXIAS DO SUL – RS
A/C SECRETARIA DE RECEPÇÃO DE LICITAÇÕES

2.6. A documentação necessária para o cadastramento da empresa junto ao SAMA E será aceita, impreterivelmente, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas, conforme disposto no artigo 22, parágrafo 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

3.2. Não poderão participar desta licitação:

3.2.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar Contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

3.2.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme artigo 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

3.2.3. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, ou insolvência, em processo de dissolução ou de liquidação.

3.2.4. Aqueles arrolados no artigo 9º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

3.2.5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

3.3. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

4. DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO

Para participar desta licitação, os interessados deverão entregar, na data e horário mencionados no item 2, desta Tomada de Preços, 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, não transparentes e identificados, contendo, em sua parte externa:

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
ENVELOPE “A” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
ABERTURA: **15/05/2019 – 9h**
NOME DA PROPONENTE

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
ENVELOPE “B” - PROPOSTA DE PREÇOS
ABERTURA: **15/05/2019 – 9h**
NOME DA PROPONENTE

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento do representante legal da empresa, com plenos poderes de decisão, far-se-á mediante apresentação de Termo de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo I, acompanhada da respectiva cédula de identidade e CPF.

5.2. Os documentos deverão ser apresentados separadamente aos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta de Preços e somente serão necessários para as empresas que se fizerem presentes no ato da abertura.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela proponente vencedora, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

6.2. A proponente vencedora deverá atender integralmente às exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de não faturar serviços realizados, mas não previstos.

6.3. A proponente vencedora será considerada responsável pelos danos por ela causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo da obra devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio.

6.4. A proponente vencedora deverá atender a todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual dando todas as condições de proteção e segurança ao pessoal que irá executar os serviços, (equipamento de proteção individual – EPIs, cavaletes, cones, placas de sinalização, etc.).

6.5. A execução dos serviços deverá obedecer ao Termo de Referência – Anexo VI, em especial ao item 7. Especificação Técnica dos Materiais/Serviços.

6.6. O início dos serviços deverá ser em até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Início dos Trabalhos, que será emitida pelo SAMA E, em até 15 (quinze) dias após a publicação do contrato. A proponente deverá apresentar:

6.6.1. Cópia das ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referentes ao projeto executivo, à montagem e à instalação dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção e comprovante de pagamento da respectiva taxa junto ao CREA, em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da ordem de início dos serviços, emitida pelo SAMA E.

6.6.2. Plano de execução dos serviços, em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da ordem de início dos serviços, emitida pelo SAMA E

6.6.3. Projeto executivo de detalhamento das estruturas, para análise e aprovação do SAMA E, antes do início da fabricação e/ou aquisição dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção. O prazo para a entrega do projeto executivo será de, no máximo, 30 (trinta) dias, após o recebimento da ordem de início dos serviços.

6.6.4. Certificado de qualidade dos materiais e da matéria prima, expedido por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas da proponente vencedora, quando da entrega dos materiais:

- I. os materiais a serem ofertados deverão atender às normas, especificações, métodos de ensaio da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e ASTM (American Society for Testing and Materials) e deverão ser entregues acompanhados de Certificado de qualidade dos materiais, expedido por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas da proponente vencedora, sob pena de não recebimento dos materiais. Da mesma forma, devem ser acompanhados de certificado de análise da matéria prima, fornecido pelo fabricante do material.
- II. o certificado de qualidade deverá atestar que os materiais atendem de forma plena os testes de dureza, teor de fibra de vidro, absorção de água, antichamas, resistências aos raios ultravioletas e intempérie, à tração, à compressão, à flexão e ao impacto *izod* e deverá indicar o lote, a data de fabricação, o destinatário dos materiais e os ensaios a que foram submetidos, conforme as normas da ABNT e/ou constantes das especificações.

- III. em caso de reprovação, os materiais não serão recebidos pelo SAMA E. Ficará às expensas da proponente vencedora a entrega de novos materiais que atendam às normas, bem como a realização de nova inspeção e emissão de laudo nos novos materiais, executados por órgão de reconhecida idoneidade, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.
- IV. em caso de atraso na entrega do material, por problemas de inspeção técnica, que a proponente vencedora tenha dado causa, não será computado para efeito de isenção de multas ou penalidades previstas no Edital. A critério exclusivo, e dependendo da quantidade de material a ser fornecido, o SAMA E poderá dispensar a inspeção e os testes do material.

6.7. As ferramentas, equipamentos e máquinas utilizados na realização dos serviços deverão apresentar plenas condições de funcionamento e conservação, além de garantir a segurança do usuário, devendo ser substituídos quando determinado pela Fiscalização, sem que isso venha a adiar prazos ou gerar ônus ao SAMA E. A proponente vencedora ainda deverá:

- I. manter, obrigatoriamente, o Seguro Contra Acidentes de Trabalhos, com ampla e total cobertura de seus funcionários;
- II. refazer os serviços não aceitos pela Fiscalização, sem que repercutam ônus ao SAMA E;
- III. fornecer, incentivar e exigir de seus empregados a utilização dos EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, uniforme e crachá de identificação contendo o nome e função.

6.8. A proponente vencedora deverá fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e a manutenção de tais equipamentos.

6.8.1. A Fiscalização poderá ordenar a paralisação e a remoção de qualquer equipamento que não atender às exigências do subitem anterior, exigindo a imediata substituição.

6.9. O Cronograma Físico-Financeiro estabelece o prazo máximo para que a proponente vencedora conclua cada etapa dos serviços, estabelecendo as metas mínimas de cada mês, mas não impede o adiantamento de etapas, se for possível à proponente vencedora. Nesse caso, serão pagos os serviços efetivamente concluídos dentro daquele mês, respeitando os valores individuais de cada etapa estabelecidos no cronograma.

6.10. A proponente vencedora deverá manter os serviços executados em perfeitas condições pelo período de 90 (noventa) dias após a conclusão e somente após esse prazo será providenciado pelo SAMA E o Termo de Recebimento Definitivo.

6.11. Visita Técnica Opcional

A visita técnica é opcional, conforme descrito na alínea “D”, item 11, do Termo de Referência e deverá ser agendada com o SAMAE, considerando antecedência mínima de 48 horas. A visita deverá ser feita por técnico de nível superior da proponente, habilitado pelo Sistema CONFEA/CREA.

6.12. O prazo para a execução dos serviços será de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, que será emitida pelo SAMAE, em até 15 (quinze) dias após a publicação do contrato.

6.13. Os locais de execução dos serviços, entrega dos materiais e instalação, conforme quantidades estimadas, são os descritos no subitem 4, do Termo de Referência – Anexo VI.

6.14. Equipe Técnica

- I. todo o pessoal da proponente vencedora deverá possuir habilitação e experiência nas atividades específicas que desempenharem, para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos;
- II. a proponente vencedora deverá observar o parágrafo 10, do art. 30, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, quando houver qualquer alteração do quadro funcional designado para a execução dos serviços;
- III. a proponente vencedora somente poderá substituir os membros da equipe técnica, mediante prévia concordância do SAMAE, apresentando o acervo técnico do novo profissional a ser incluído na equipe técnica, que deverá ser igual ou superior ao anterior;
- IV. a proponente vencedora obrigará-se a manter, durante o período do Contrato, pelo menos um técnico qualificado de nível superior, que será responsável pelo adequado andamento dos trabalhos e da segurança da obra.

6.15. A proponente vencedora deverá fornecer garantia de, no mínimo, 05 (cinco) anos sobre os serviços prestados e materiais utilizados. Durante esse período, a proponente vencedora deverá prestar assistência técnica gratuita se qualquer problema for constatado nos materiais e nas instalações realizadas, sem ônus para o SAMAE.

6.16. Serviço de Instalação

- I. cabe à proponente vencedora o transporte até o local definido, a montagem e a instalação dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção;
- II. a proponente vencedora deverá possuir em seu quadro um profissional com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para os serviços de montagem e instalação dos produtos;
- III. a montagem e a instalação deverão atender a todas as normas pertinentes;
- IV. a instalação compreende, também, o fornecimento de todos os insumos e

- equipamentos necessários e suficientes à plena execução dos serviços;
- V. nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, necessários e suficientes para a execução integral do objeto do Contrato;
 - VI. os materiais devem ser entregues e instalados, conforme as quantidades estimadas e especificações técnicas.

6.17. Remoção de estrutura existentes

- I. cabe à proponente vencedora a retirada dos guarda-corpos existentes que estão fora do padrão;
- II. os materiais removidos deverão ficar de maneira organizada em local indicado pela fiscalização, sendo que a destinação ficará a cargo do SAMAE.

6.18. Condições de pagamento

6.18.1. Ao final de cada período de, no mínimo, 30 (trinta) dias, a proponente vencedora apresentará o boletim de medição prévia dos serviços efetivamente executados, através de planilha de medição. A fiscalização terá 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, em parte ou no todo, a medição prévia relatada pela proponente vencedora, bem como para avaliar as atividades executadas. No caso de reapresentação de medição rejeitada pela fiscalização, esta terá 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da reapresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, em parte ou no todo, a medição prévia relatada pela contratada, bem como para avaliar as atividades executadas. A aprovação da medição prévia, apresentada pela proponente vencedora, não a exime de quaisquer responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados. Após a aprovação, a proponente vencedora emitirá nota fiscal/fatura, no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços.

6.18.2. O primeiro pagamento somente acontecerá 30 (trinta) dias após o início dos serviços.

6.18.3. O pagamento somente será efetuado após a liberação da nota/fatura apresentada pela proponente vencedora, referente aos serviços efetivamente executados e dos demais documentos listados anteriormente. O prazo do pagamento, após o aceite da nota fiscal, pela fiscalização, está determinado no subitem 6.18.4.

6.18.4. O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

6.18.5. A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do Contrato, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMAE, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

6.18.6. Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da proponente vencedora. A conta corrente deverá estar em nome da pessoa jurídica vencedora do certame. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

6.18.7. Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa;
- III. certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

6.18.8. Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do parágrafo anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

6.18.9. A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no subitem 6.18.7.

6.18.10. A última parcela do Contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.20. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

6.21. O SAMA E reserva-se o direito de recusar os materiais e os serviços que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando da entrega dos materiais e/ou execução definitiva dos serviços.

7. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – Envelope "A"

A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 17.4, deste Edital.

7.1. Os documentos, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, a serem apresentados, obrigatoriamente, são:

- I. **declaração de Habilitação**, conforme modelo constante do Anexo II;

- II. **certificado de Registro de Cadastral** expedido pelo SAMA E, em vigor na data de abertura da licitação, ou seja, com todos os documentos em vigor:
- a) a relação dos documentos necessários para obtenção do CRC encontra-se disponível em <http://www.samaecaxias.com.br/Pagina/Index/8>;
 - b) a documentação necessária para o cadastramento da empresa junto ao SAMA E será aceita, impreterivelmente, até o terceiro útil dia anterior à data do recebimento das propostas, conforme disposto no artigo 22, parágrafo 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
 - c) a proponente interessada que apresentar reprovação econômico-financeira não estará apta a participar deste certame.
- III. **registro da empresa junto ao CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em vigor, na data de abertura da licitação;
- a) a comprovação do registro da empresa junto à entidade profissional competente, poderá ser dispensada, se este documento estiver vigente no CRC (Certificado de Registro Cadastral), expedido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS.
- IV. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove ter a proponente realizado serviços similares (*montagem e instalação de guarda-corpos em PRFV – plástico reforçado em fibra de vidro, perfil pultrudado*) em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços e deverá(ão) ser de serviços já concluídos. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente os serviços e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância aqui citados:
- a) serão consideradas aptas as empresas que comprovarem a quantidade mínima especificada do item listado abaixo, considerado de maior relevância. A análise quantitativa será feita no seguinte item:
 - 1) fornecimento, montagem e instalação de guarda-corpos, padrão PRFV (Plástico Reforçado em Fibra de Vidro), na quantidade mínima de 400 (quatrocentos) metros lineares.
 - b) os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do atestado, além de sua assinatura.
- V. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de

1993 e alterações, que tenha sido contratado para a execução de serviços similares (*montagem e instalação de guarda-corpos em PRFV – plástico reforçado em fibra de vidro, perfil pultrudado*), em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços e deverá(ão) ser de obra(s) já concluída(s). O(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente os serviços e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância aqui citados:

- a) serão considerados aptos os profissionais que comprovarem a quantidade mínima especificada para o item listado abaixo, considerado de maior relevância. A análise quantitativa será feita no seguinte item:
 - 1) montagem e instalação de guarda-corpos, padrão PRFV (Plástico Reforçado em Fibra de Vidro), na quantidade mínima de 400 (quatrocentos) metros lineares.
- b) os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do atestado, além de sua assinatura.

- VI. **declaração** da proponente, assinada pelo seu responsável legal, de que referido profissional, detentor do atestado de capacidade técnico-profissional, citado acima (subitem 7.1, inciso V), integrará o quadro da proponente, na data prevista para a assinatura do Contrato;
- VII. **termo de compromisso da proponente** de que o responsável técnico de nível superior será mantido no local dos serviços para realizar, pessoal e diretamente, a supervisão dos serviços objeto desta licitação (artigo 30, § 10, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações);
- VIII. **declaração**, sob as penas cabíveis, relacionando (nome) e qualificando (habilitação profissional) cada um dos membros da equipe técnica, alocada para a execução dos serviços objeto desta licitação, conforme artigo 30, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- IX. **declaração**, sob as penas da lei, que a proponente dispõe de equipamentos necessários para a execução dos serviços.
- X. **declaração** da proponente, assinada pelo seu responsável legal, de que está ciente das condições das estruturas onde serão instalados os guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção.

7.2. Em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, apresentar comprovação desta condição através:

- I. **certidão expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas**, em se tratando de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, em cópia autenticada ou emitida via internet, em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

E

- II. **declaração** de enquadramento, como **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**, conforme modelo do Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

7.2.1. Ambos os documentos (certidão e declaração) deverão apresentar a mesma condição de enquadramento.

7.2.2. Não sendo possível a consulta da autenticidade dos documentos emitidos pela Internet, não será concedido o tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

7.3. Serão aceitas certidões emitidas via internet e documentos com assinatura digital, desde que, em tais documentos, conste a verificação da autenticidade nos respectivos sites.

7.4. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações, em atendimento à Instrução Normativa n.º 1634/2016, da Secretaria da Receita Federal, efetuará consulta no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br, para fins de emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da proponente e do QSA (Quadro de Sócios e Administradores).

7.5. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações, em atendimento à Instrução Normativa n.º 006/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, efetuará consulta de licitantes penalizadas, no Portal da Transparência (CEIS e CNEP) e no site da Prefeitura do Município de Caxias do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

7.5.1. Também será feita consulta aos licitantes penalizados junto à CELIC – Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

7.5.2. Constatado o impedimento em licitar, e sua respectiva abrangência, a proponente será inabilitada.

7.6. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social/ramo de atividade,

comprovado através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário, para Empresário Individual), CRC ou CNPJ.

7.7. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, excetuando-se o disposto no subitem 7.8, na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, no caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, a proponente será considerada inabilitada.

7.8. Conforme o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43 e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, no caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, **contados do momento em que for declarada vencedora**, tendo sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.

7.8.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SAMAE, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

7.8.2. O benefício não eximirá a proponente de apresentar, na sessão pública, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possuam alguma restrição.

7.8.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

7.9. Serão inabilitadas as proponentes que não atenderem às exigências deste Edital e à legislação em vigor.

8. PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope “B”

A Proposta de Preços, conforme Anexo IV, deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 17.4, deste Edital e deverá conter:

8.1. **A proposta**, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, conforme Anexo IV – Proposta de Preços, devendo ser preenchida por meio mecânico, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente. Deverá apresentar, também, a razão social, o número do CNPJ-MF da proponente e o nome completo de seu signatário.

- I. poderá ser usado formulário próprio para preenchimento da proposta, desde que nele constem todas as informações que compõem o Anexo IV – Proposta de Preços, sem qualquer alteração quanto à ordem, às quantidades e às características, sob pena de desclassificação;

- II. a proposta deverá conter o preço unitário e o preço total de cada item, preço global dos serviços e materiais, e o percentual de BDI e dos Encargos Sociais, compreendendo material, mão de obra e equipamentos, conforme os itens relacionados no Anexo IV, expressos em reais, com 2 (duas) casas decimais, à vista, compreendendo a totalidade dos serviços necessários para a execução do objeto deste certame, calculados com base nos Projetos, nas Diretrizes Básicas do Projeto, nos Quantitativos, nos Desenhos Técnicos Orientativos e nas Especificações Técnicas, válidos para serem praticados desde a data de entrega do envelope-proposta até o efetivo pagamento;
- III. nos preços propostos, deverão estar incluídos todos os custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, comerciais, tarifas, fretes, seguros, alojamento, alimentação, assistência médica e social, embalagens, descarga, transporte, materiais, os equipamentos de proteção individual e coletiva ao pessoal que desenvolverá as atividades, o transporte de pessoal, materiais e equipamentos ao local dos serviços, maquinários, ferramentas, as placas de sinalização, e o fornecimento e a instalação dos materiais e equipamentos, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços e/ou materiais, objeto desta licitação, para a perfeita execução dos serviços, de acordo com o Termo de Referência, constantes no Anexo VI;
- IV. os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não sendo permitido o seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação;
- V. o preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte da proponente vencedora;
- VI. por se tratar de julgamento global, ou seja, uma única proponente vencedora para a execução de todos os serviços, a proponente deverá cotar a totalidade dos itens constantes no Anexo IV, sob pena de desclassificação da proposta.

8.2. **O valor global**, ou seja, a soma da multiplicação da quantidade do item pelo seu respectivo preço unitário, conforme a unidade mencionada no Anexo IV – Proposta de Preços, expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais.

8.3. A **Proposta de Preços**, obrigatoriamente, **em meio digital (CD, DVD ou Pen-Drive)**, não protegido, em formato XLSX, conforme planilha disponibilizada no Termo de Referência – Anexo VI – arquivo Proposta.

8.4. **Cronograma Físico-Financeiro** que atenda ao prazo de execução, prevendo parcelas mensais.

8.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e à legislação em vigor.

9. DO JULGAMENTO, DA CLASSIFICAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

9.1. No julgamento observar-se-á o disposto nos artigos 43 e 44, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

9.2. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações solicitará uma única vez a correção da proposta de preços quando contiver vício formal, conforme exemplos a seguir:

- I. no caso de divergência entre o valor unitário e global, prevalecerá o valor unitário;
- II. no caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;
- III. no caso de erro de multiplicação, somatório, arredondamento e/ou erro de transcrição de unidades de medida, deverá ser mantido inalterado o preço unitário;
- IV. no caso de omissão parcial no descritivo do item/subitem que compõe o serviço e/ou material deverá ser corrigido de acordo com o edital;
- V. no caso de inversão de ordem nos descritivos do item/subitem que compõe os serviços e/ou material.

9.2.1. A recusa injustificada da proponente em realizar as correções, no prazo estipulado, ensejará a desclassificação da proposta.

- I. O prazo para regularização será de, no máximo, 02 (dois) dias úteis contados a partir da notificação feita pela Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações.

9.3. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações desclassificará a proposta de preços que contiver vício material ou defeito capaz de dificultar ou impedir o julgamento, conforme exemplos a seguir:

- I. apresentar preço unitário ou preço global superior àqueles constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo SAMA E;
- II. omitir totalmente o descritivo do item/subitem que compõe o serviço e/ou material relacionado na Planilha Orçamentária;
- III. apresentar proposta com característica e/ou quantidade diferente da fixada na Planilha Orçamentária elaborada pelo SAMA E;
- IV. apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, de acordo com o estabelecido no § 3º, do art. 44, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- V. apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do Contrato, observado o disposto no inciso II, § 1º e § 2º, do art. 48, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

- a) nessa situação, será facultado à proponente o prazo de 3 (três) dias úteis para comprovar a exequibilidade dos preços constantes na sua proposta, conforme parâmetros do §3º, do art. 43, c/c com o inciso II, do art. 48, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sob pena de desclassificação.
- VI. estiver em desacordo com as exigências do presente Edital e da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

9.4. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações poderá utilizar-se de assessoramento técnico para julgamento das propostas, por meio de parecer que integrará o processo.

9.5. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações considerará vencedora a proposta de **MENOR PREÇO TOTAL**, incluindo mão de obra, materiais, serviços e equipamentos, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI.

9.5.1. Em cumprimento ao disposto no inciso X, do artigo 40, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, serão considerados:

- I. o **Preço Máximo Unitário** aceitável para cada item/subitem o valor definido na Planilha Orçamentária elaborada pelo SAMA E;
- II. o **Preço Máximo Total** aceitável, já incluso o BDI, o valor orçado de **R\$1.172.395,73 (um milhão, cento e setenta e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos)**.

9.5.2. Não haverá limitação da taxa de BDI, desde que respeitados os valores máximos propostos para cada item da planilha orçamentária e, por consequência, que o preço global total não esteja em limite superior ao estimado pelo SAMA E.

9.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido ao disposto no inciso II, § 2º, do art. 3º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e observada a Emenda Constitucional n.º 06, de 15 de agosto de 1995, será realizado o sorteio, em ato público, com convocação prévia de todas as proponentes, conforme prevê o parágrafo 2º, do art. 45, do Estatuto Licitatório.

9.7. Caso as propostas apresentadas por Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada (empate ficto), conforme previsão do § 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, será assegurada preferência de contratação, respeitando o seguinte:

- I. a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora da melhor proposta, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;

- II. se a proponente não apresentar nova proposta, por escrito, inferior à de menor preço, serão convocadas as proponentes remanescentes, que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Em Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para apresentação de nova proposta;
- IV. o disposto nesta condição somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por proponente enquadrada no regime da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.
- V. na hipótese da não-contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.7.1. As preferências de que trata o subitem 9.7, instituídas pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, não se aplicarão ao presente certame se dele participarem apenas Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, indistintamente.

9.8. Decorrido o prazo recursal ou após o julgamento dos recursos referentes à habilitação e à abertura dos envelopes proposta de preços, o SAMAE terá, no máximo, 15 (quinze) dias para o julgamento e divulgação do resultado, sendo que o prazo de validade da proposta atenderá ao artigo 64, parágrafo 3º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO OBJETO

O objeto desta licitação é único e será adjudicado e homologado pelo Diretor-Presidente do SAMAE, com posterior comunicação a todos os participantes, à proponente que apresentar o **MENOR PREÇO TOTAL**, de acordo com os termos do Edital e do Termo de Referência – Anexo VI e conforme estabelecido no item 9.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou à inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no artigo 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

11.2. Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à convocação do ato.

11.3. As demais proponentes, já intimadas na sessão, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

11.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas ao Sr. Diretor-Presidente do SAMAE, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no prazo estipulado para apresentação, sob pena de não admissibilidade.

11.5. Os recursos administrativos de licitações serão disponibilizados no portal do SAMAE, após protocolo, assim como as contrarrazões das proponentes e decisões da Autarquia, permanecendo os autos do processo com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital da licitação.

11.6. Quando da intenção de recorrer, o licitante será informado, na própria sessão, com registro em Ata, sobre os procedimentos e datas, ficando, as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, pelo mesmo sistema, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.7. Nos recursos, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

11.8. Caso as proponentes interponham recursos administrativos por meio de correio eletrônico (e-mail), esses deverão ser transmitidos ao Presidente dentro do prazo recursal e seus originais, protocolados, pela proponente, no prazo previsto, conforme subitem 11.4, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À proponente vencedora, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, dentre outras:

12.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

12.2. MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMAE aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste

- Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
- a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMAE e/ou proponente vencedora, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação;
 - III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMAE para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
 - IV. pela execução da prestação de serviços em desacordo com o projeto básico e os respectivos cadernos técnicos, na razão de 3% a 10% (três a dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, conforme abaixo:
 - a) 3% (três por cento) para inconformidade LEVE, aplicável quando evidenciados aspectos estéticos e execuções construtivas distintas das especificações técnicas contempladas no projeto executivo, sem afetar a segurança e a solidez da obra;
 - b) 7% (sete por cento) para inconformidade MODERADA, aplicável quando evidenciada pela perda da funcionalidade (parcial ou total) e/ou durabilidade do elemento, sem afetar a segurança da edificação e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando é executada parcela da obra sem a prévia autorização do fiscal, impedindo a fiscalização da parcela que a antecedia;
 - c) 10% (dez por cento) para inconformidade GRAVE, aplicável quando colocado em risco a segurança da edificação e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando são utilizados componentes estruturais ou de segurança distintos das especificações técnicas contempladas no projeto executivo ou normas especializadas.
 - V. pelo descumprimento das obrigações inerentes ao contrato, assumidas pela proponente vencedora, que não tenham valor definido em item de custo, tais como ausência de organização e higiene no canteiro de obras; ausência de uniforme ou identificação de funcionário da empresa; descumprimento de técnicas e normas de segurança do trabalho e da segurança do trânsito; inadequação ou ausência de equipamento e ferramentas adequadas à execução dos serviços; ausência de entrega de documentação exigida, após o prazo definido pela fiscalização para regularização, entre outros motivos, na razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por infração;
 - VI. pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da proponente vencedora,

- poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
- VII. pela não apresentação da documentação estipulada e/ou apresentação em desconformidade, conforme subitem 6.18.7, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
- VIII. pela subcontratação de serviços, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
- IX. pelo apontamento, por parte do Ministério do Trabalho, relativo ao descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração cometida pela proponente, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4;
- X. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação da documentação solicitada nos subitens 15.5 e 15.6 deste Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade descrita no subitem 12.4.

12.3 Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitem anterior, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 12.4.

12.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo SAMA E, bem como demais cominações legais, quando a proponente vencedora:

- I. apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do procedimento licitatório ou da execução do objeto, sem motivo justificado, não manutenção da proposta, apresentar comportamento inidôneo, cometer fraude fiscal e/ou praticar atos fraudulentos ou falha na execução do contrato;
- II. der causa à inexecução total ou parcial da obra, caracterizado pela recusa injustificada a assinatura do contrato, recusa injustificada na entrega da documentação exigida para

- assinatura de contrato e/ou pagamento, recusa injustificada ao início da execução dos serviços ou, ainda, pela paralisação ou abandono da execução do Contrato;
- III. reiterar falhas contratuais que caracterizem a incapacidade da empresa para execução dos serviços;
 - IV. incorrer em alguma das situações previstas no art. 88, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
 - V. subcontratar a execução do objeto, sem a devida autorização contratual.

12.5. **Declaração de Inidoneidade** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o SAMA E pelos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

12.6. Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

12.7. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

12.8. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

12.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

12.10. Será assegurado à proponente vencedora o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

12.11. As multas e o seu pagamento não eximirão a proponente de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

12.12. O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

12.13. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

12.14. As penalidades aplicadas à proponente serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de

Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

12.15. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à proponente vencedora.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

13.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, as licitantes interessadas poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

13.1.1. As solicitações de **esclarecimentos e providências** poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail comissaorecepcao@samaecaxias.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

13.1.2. As solicitações de **impugnações** deverão ser realizadas por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

13.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3. Caberá à Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se a situação ensejar alteração de data.

13.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pela Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações acompanharão os autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

13.6. Nas impugnações, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a impugnação), entre outros.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Em garantia ao cumprimento do Contrato, e antes da assinatura, a proponente vencedora deverá caucionar, junto à Seção de Tesouraria do SAMA E, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) de seu valor, podendo ser caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária (artigo 56, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), que deverá estar em vigor durante todo o período contratual.

14.1. A garantia prestada pela proponente vencedora será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMA E, após a execução do Contrato.

14.2. A caução responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

14.3. A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

14.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;
- II. prejuízos causados à autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada; e
- V. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual.

14.4.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste subitem.

14.4.2. No caso de alteração ou prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15. CONTRATO

Transcorrido o prazo recursal, nos termos do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a proponente vencedora será convocada pelo SAMA E, por escrito, para, num prazo de 10 (dez) dias corridos, assinar o instrumento contratual.

15.1. A minuta do Contrato é parte integrante do Edital e o acompanha em cumprimento ao art. 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, cujo objetivo é informar à proponente os termos em que será firmada a contratação.

15.2. No caso de a proponente vencedora se recusar a assinar o Contrato, no prazo referido anteriormente, o SAMAE convocará a proponente classificada em segundo lugar para a assinatura, em prazo idêntico e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços. Caso a proponente classificada em segundo lugar não atenda à convocação, poderão ser convocadas, sucessivamente, as demais proponentes, na ordem de classificação ou poderá ser revogada a licitação.

15.3. A assinatura do Contrato será realizada na Assessoria Jurídica do SAMAE, na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 4º andar, Caxias do Sul – RS, com imediato encaminhamento à publicação.

15.4. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMAE, na pessoa dos servidores Miriam Casagrande e Tiago Antônio Marcon, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do Contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do Contrato competirá ao servidor Josiane Nunes, Diretora da Divisão de Esgoto do SAMAE.

15.4.1. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do SAMAE.

15.4.2. A fiscalização realizada pelo SAMAE não exclui, nem reduz, a responsabilidade da proponente vencedora pela execução dos serviços.

15.4.3. Qualquer fiscalização exercida pelo SAMAE, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do Contrato e não exime a proponente vencedora de suas obrigações e pela perfeita execução do objeto.

15.4.4. A fiscalização do SAMAE, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à proponente vencedora qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

15.4.5. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela proponente vencedora, sem qualquer ônus para o SAMAE.

15.4.6. Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da proponente vencedora.

15.5. Para a assinatura do Contrato, deverão ser apresentados, em atendimento inciso VI, subitem 7.1, deste Edital, os seguintes documentos, em cópia autenticada:

- I. ato Constitutivo e/ou Contrato Social Registrado, quando o profissional for sócio da empresa;

- II. carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional;
- III. contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo responsável técnico e pelo responsável legal da proponente.

15.6. A proponente terá prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da ordem de início dos serviços, emitida pelo SAMA E, para apresentar:

15.6.1. Cópia das ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços e da responsabilidade técnica e comprovante de pagamento da respectiva taxa junto ao CREA. Não será aceita a entrega de ART em modo rascunho.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Após a conclusão dos serviços a proponente vencedora deverá oficializar ao SAMA E o encerramento dos mesmos, o qual fará suas considerações e relatórios de pendências, se for o caso, sendo obrigação da proponente vencedora a execução dos serviços faltantes para a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

16.1. A inspeção de recebimento será realizada conforme indicado abaixo:

16.2. Exame visual, não são admitidas falhas no revestimento, trincas, fissuras, bolhas e delaminações;

16.3. Exame dimensional, após a instalação deve-se fazer a verificação das dimensões e espaçamentos dos guarda-corpos, conforme projeto executivo fornecido pela proponente vencedora.

16.4. Fica a proponente vencedora obrigada a manter, por conta e risco, os serviços executados em perfeitas condições pelo período de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório e, somente após este prazo, será providenciado pelo SAMA E o Termo de Recebimento Definitivo, documento este necessário para pagamento da última fatura, correspondente à última medição.

16.3. O Recebimento Provisório será realizado pelo Engenheiro Fiscal do SAMA E, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, mediante termo circunstanciado que deverá ser assinado por ele e pelo Engenheiro Responsável Técnico pelos serviços, após a comunicação escrita da proponente vencedora.

16.4. Esta comunicação escrita da proponente vencedora poderá ocorrer somente após o atendimento de todas as exigências contratuais e a respectiva aprovação pela Fiscalização.

16.5. O Recebimento Definitivo será realizado por Comissão designada especialmente para esta finalidade, mediante termo circunstanciado, que deverá ser assinado por esta Comissão e pela

proponente vencedora, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

16.5.1. A Comissão exigirá de a proponente vencedora reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto não realizado, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI, bem como em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. A Comissão definirá, de comum acordo com a proponente vencedora, o prazo para a solução de problemas encontrados na vistoria.

16.6. O Termo de Recebimento Definitivo não exime a proponente vencedora de sua responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial, autenticados digitalmente ou emitidos via Internet.

17.1.1. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada na sessão.

17.1.2. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

17.1.3. Os documentos apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos.

17.1.4. Não será aceito protocolo ou requerimento de pedido de emissão de documentos.

17.2. Após a abertura do primeiro envelope da documentação, quando se dá início à sessão, não será aceita a participação de nenhuma outra proponente, nem permitidos adendos ou alterações às ofertas e documentos apresentados.

17.3. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pela Comissão e pelos representantes presentes, ficarão sob a guarda do Presidente, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

17.4. A autenticação de documentos e o reconhecimento de firma, feitos pelo SAMAE, deverão ser solicitados até, no máximo, meia hora antes da abertura da licitação. Caso a proponente não autentique os documentos ou reconheça firma junto ao SAMAE até o prazo mencionado, deverá fazê-lo por outro meio.

17.5. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na sessão de abertura, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e suas alterações e no artigo 43, parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações.

17.6. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou pedidos de esclarecimentos enviados por fac-símile e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

17.6.1. Não serão aceitas impugnações enviadas por qualquer meio eletrônico de transmissão de dados.

17.7. Os envelopes contendo as propostas que, porventura, não forem abertos na sessão e não forem devolvidos à proponente, no certame, permanecerão em poder do Presidente. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

17.8. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

17.9. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Termo de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento para ME e EPP;
- Anexo IV – Proposta de Preços;
- Anexo V – Minuta de Contrato;
- Anexo VI – Termo de Referência.

17.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.10.1. O SAMA E poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à proponente direito à indenização.

17.11. Da sessão pública, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das proponentes participantes, das propostas escritas, da análise da documentação exigida para habilitação e da manifestação da intenção de interpor recurso, com a devida motivação. A ata será assinada pelo Presidente, pelos vogais e pelos representantes presentes.

17.12. Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas as proponentes ou seu representante credenciado e a Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações.

17.13. Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, o Presidente da Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações designará nova data para a continuidade dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as proponentes presentes.

17.14. É facultada ao Presidente ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

17.15. A apresentação da proposta pela proponente implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura, a proponente for declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

17.16. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas pela proponente, alheias às discriminadas por este Edital, especialmente propostas alternativas.

17.17. O não cumprimento de qualquer item deste Edital implicará a inabilitação da proponente e/ou desclassificação da proposta.

17.18. Os Anexos deverão ser devidamente preenchidos ou, se emitidos pela proponente, contendo todos os dados constantes dos modelos fornecidos pelo SAMA E, perfeitamente legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datados e assinados, sob pena de inabilitação ou desclassificação.

17.19. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

17.20. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo, se for o caso, anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiro; mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.21. A adjudicação e a homologação desta licitação são de competência do Diretor-Presidente do SAMA E.

17.22. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município, contida no artigo 22, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, bem como artigo 242, incisos XXI a XXIV, do Estatuto dos Servidores do Município de Caxias do Sul.

17.23. O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no endereço eletrônico <http://www.samaecaxias.com.br/Edital>, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta desses documentos.

17.24. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Gerência de Licitações, localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615 – Centro, em Caxias do Sul/RS, no horário de expediente.

17.25. Informações por telefone, somente no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou pela Internet, pelo site www.samaecaxias.com.br, em Licitações:

- I. esclarecimentos referentes ao Termo de Referência desta Tomada de Preços: Yuri Sawada Ono, 32208600, ramal 335, (54) 99149-4561;
- II. certificado de registro cadastral: (54) 32208602 ou 32208608;
- III. editais: (54) 32208687, 32208621, 32208631, 32208630 e 32208602;
- IV. comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações Recepção: comissaorecepcao@samaecaxias.com.br;
- V. gerência de licitações: compras@samaecaxias.com.br.

Caxias do Sul, 16 de abril de 2019.

Carlos Alberto Nicolini,
Administrador.

Lourenço Benetti Bonfá,
Diretor Financeiro.

Adm. Gabriel Sperandio Milan,
Diretor-Presidente do SAMA E.

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Prezado(s) Senhor(es):

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º
_____, a participar da licitação promovida pelo Serviço
Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, na modalidade Tomada de Preços, na
qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para se pronunciar em nome
da empresa _____, CNPJ n.º
_____, inclusive interpor e desistir de recursos em
todas as fases e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a)
_____, (cargo na empresa)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e do CPF n.º _____, para
fins de direito, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que possui conhecimento de todas as
informações contidas no Edital, atende e cumpre a todas as exigências de **habilitação** contidas no
referido Edital e a proposta atende integralmente aos requisitos constantes do Edital.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME OU EPP

_____, CNPJ n.º _____,
_____, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou
Técnico em Contabilidade, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. encontra-se enquadrada, em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, como:
() microempresa, OU
() empresa de pequeno porte;
- II. não está enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu ao limite fixado nos incisos I e II, do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e
- IV. tem conhecimento dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao § 2º, artigo 32, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa.

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

Nº Item	Descrição do item	Proposta					
		Quantidade	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	% BDI	% Encargos Sociais
1	PROJETO EXECUTIVO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO						
1.1	Guarda-corpo, incluindo os portões	1.535,0000	m				
1.2	Tampa de inspeção	59,5000	m²				
1.3	Grades de piso	35,0000	m²				
1.4	Passarela (6,0m x 0,80m)	4,0000	un				
1.5	Passarela (6,5m x 0,80m)	4,0000	un				
1.6	Passarela (10,0m x 0,80m)	4,0000	un				
1.7	Escada de passagem	2,0000	un				
2	REMOÇÃO DE ESTRUTURAS EXISTENTES						
2.1	Remoção de guarda-corpos	914,0000	m				
TOTAL GERAL (R\$):							
TOTAL GERAL POR EXTENSO:							

I. Identificação da Proponente:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

II. Identificação do Representante (se houver):

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

III. Identificação do Responsável junto ao SAMA E pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer.

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

CPF (se pessoa física):

Fone:

Contato:

E-mail:

IV. Garantia dos Serviços e materiais

A garantia dos serviços e dos materiais será de _____ (_____) anos, sobre os serviços prestados e materiais utilizados. Esse prazo não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo dos serviços. Durante este período a proponente vencedora deverá prestar assistência técnica gratuita se qualquer problema for constatado nas instalações realizadas.

_____, _____ de _____ de 2019.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E _____, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COMPLETA DE GUARDA-CORPOS, PORTÕES, GRADES DE PISO, PLATAFORMAS, ESCADAS E TAMPAS DE INSPEÇÃO, PADRÃO PLÁSTICO REFORÇADO COM FIBRA DE VIDRO (PRFV), PERFIL PULTRUDADO E REMOÇÃO DAS ESTRUTURAS EXISTENTES, PARA AS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO SAMA E, EM CAXIAS DO SUL – RS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, _____, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMA E", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal, Sr(a). _____, CPF n.º _____, abaixo assinada, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA", celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Elementos Constitutivos, Amparo Legal e Dotação Orçamentária

O presente Contrato é celebrado à vista do contido no processo administrativo n.º _____, que trata da Tomada de Preços n.º 005/2019, Termo de Referência, proposta da CONTRATADA e Empenho n.º _____, de ____ de _____ de 2019, atendendo às disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; e Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016 e demais legislação pertinente à matéria, as regras e condições estabelecidas no Edital e anexos que o integram.

Parágrafo único – As despesas respectivas correrão por conta da dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob os códigos 03.08 – DPI – 17.512.013.1.170 – 4.4.90.51.91.18.00.00 e 03.08 – DEG – 17.512.005.1.171 – 4.4.90.51.91.17.00.00.

CLÁUSULA SEGUNDA – Objeto do Contrato

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços e mão de obra, com o fornecimento de todos os materiais e equipamentos necessários, para elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação completa de guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção, padrão plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV), perfil pultrudado, com a remoção das estruturas existentes, para as Estações de Tratamento de Água e Esgoto do SAMA E, em Caxias do Sul – RS, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

Parágrafo único – A execução dos serviços obedecerá fielmente ao Termo de Referência – Anexo VI, do Edital, às normas técnicas da ABNT, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, aplicáveis aos serviços e demais dispositivos legais vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – Preço

O SAMA E pagará à CONTRATADA o valor correspondente a R\$_____ (_____) pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	% BDI	% ENCARGOS SOCIAIS
------	-----------	--------	----	----------------------------	-------------------------	----------	--------------------------

.....

§1º O preço contratado será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte CONTRATADA.

§ 2º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, nele estando incluídos todos os custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e tributários, seguros, fretes, alojamento, alimentação, assistência médica e social, os equipamentos de proteção individual e coletiva ao pessoal que desenvolverá as atividades, o transporte de pessoal, materiais e equipamentos ao local dos serviços, ferramentas, as placas de sinalização e o fornecimento e instalação dos materiais e equipamentos necessários a execução integral dos serviços, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

§ 3º A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao SAMA E a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 4º A CONTRATADA deverá atender integralmente às exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de não faturar serviços realizados, mas não previstos.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Serviços

§ 1º Os serviços executados deverão obedecer ao Termo de Referência – Anexo VI, em especial ao item 7. Especificação Técnica dos Materiais/Serviços, do Edital e, em caso de comprovadas desconformidades, fica a CONTRATADA responsável pela sua readequação.

§ 2º A CONTRATADA deverá, durante o período da contratação, proporcionar supervisão adequada, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução dos serviços até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

§ 3º A CONTRATADA deverá atender integralmente às exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de não faturar serviços realizados, mas não previstos.

§ 4º A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo da obra devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio.

§ 5º A CONTRATADA deverá atender a todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual dando todas as condições de proteção e segurança ao pessoal que irá executar os serviços, (equipamento de proteção individual – EPIs, cavaletes, cones, placas de sinalização, etc.).

§ 6º O início dos serviços deverá ser em até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Início dos Trabalhos, que será emitida pelo SAMA E, em até 15 (quinze) dias após a publicação do contrato. A CONTRATADA deverá apresentar:

- I. cópia das ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referentes ao projeto executivo, à montagem e à instalação dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção e comprovante de pagamento da respectiva taxa junto ao CREA, em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da ordem de início dos serviços, emitida pelo SAMA E.
- II. plano de execução dos serviços, em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da ordem de início dos serviços, emitida pelo SAMA E
- III. projeto executivo de detalhamento das estruturas, para análise e aprovação do SAMA E, antes do início da fabricação e/ou aquisição dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção. O prazo para a entrega do projeto executivo será de, no máximo, 30 (trinta) dias, após o recebimento da ordem de início dos serviços.

IV. certificado de qualidade dos materiais e da matéria prima, expedido por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas da CONTRATADA, quando da entrega dos materiais:

- a) os materiais a serem ofertados deverão atender às normas, especificações, métodos de ensaio da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e ASTM (American Society for Testing and Materials) e deverão ser entregues acompanhados de Certificado de qualidade dos materiais, expedido por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas da CONTRATADA, sob pena de não recebimento dos materiais. Da mesma forma, devem ser acompanhados de certificado de análise da matéria prima, fornecido pelo fabricante do material.
- b) o certificado de qualidade deverá atestar que os materiais atendem de forma plena os testes de dureza, teor de fibra de vidro, absorção de água, antichamas, resistências aos raios ultravioletas e intempérie, à tração, à compressão, à flexão e ao impacto *izod* e deverá indicar o lote, a data de fabricação, o destinatário dos materiais e os ensaios a que foram submetidos, conforme as normas da ABNT e/ou constantes das especificações.
- c) em caso de reprovação, os materiais não serão recebidos pelo SAMA E. Ficará às expensas da CONTRATADA a entrega de novos materiais que atendam às normas, bem como a realização de nova inspeção e emissão de laudo nos novos materiais, executados por órgão de reconhecida idoneidade, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.
- d) em caso de atraso na entrega do material, por problemas de inspeção técnica, que a CONTRATADA tenha dado causa, não será computado para efeito de isenção de multas ou penalidades previstas no Edital. A critério exclusivo, e dependendo da quantidade de material a ser fornecido, o SAMA E poderá dispensar a inspeção e os testes do material.

§ 8º As ferramentas, equipamentos e máquinas utilizados na realização dos serviços deverão apresentar plenas condições de funcionamento e conservação, além de garantir a segurança do usuário, devendo ser substituídos quando determinado pela Fiscalização, sem que isso venha a adiar prazos ou gerar ônus ao SAMA E. A CONTRATADA ainda deverá:

- I. manter, obrigatoriamente, o Seguro Contra Acidentes de Trabalhos, com ampla e total cobertura de seus funcionários;
- II. refazer os serviços não aceitos pela Fiscalização, sem que repercutam ônus ao SAMA E;
- III. fornecer, incentivar e exigir de seus empregados a utilização dos EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, uniforme e crachá de identificação contendo o nome e função.

§ 9º A CONTRATADA deverá fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e a manutenção de tais equipamentos.

§ 10 A Fiscalização poderá ordenar a paralisação e a remoção de qualquer equipamento que não atender às exigências do subitem anterior, exigindo a imediata substituição.

§ 11 O Cronograma Físico-Financeiro estabelece o prazo máximo para que a CONTRATADA conclua cada etapa dos serviços, estabelecendo as metas mínimas de cada mês, mas não impede o adiantamento de etapas, se for possível à proponente vencedora. Nesse caso, serão pagos os serviços efetivamente concluídos dentro daquele mês, respeitando os valores individuais de cada etapa estabelecidos no cronograma.

§ 12 Serviço de Instalação

- I. cabe à CONTRATADA o transporte até o local definido, a montagem e a instalação dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção;
- II. a CONTRATADA deverá possuir em seu quadro um profissional com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para os serviços de montagem e instalação dos produtos;
- III. a montagem e a instalação deverão atender a todas as normas pertinentes;
- IV. a instalação compreende, também, o fornecimento de todos os insumos e equipamentos necessários e suficientes à plena execução dos serviços;
- V. nos preços propostos estão incluídos todos os custos e despesas, necessários e suficientes para a execução integral do objeto do Contrato;
- VI. os materiais devem ser entregues e instalados, conforme as quantidades estimadas e especificações técnicas.

§ 13 Remoção de estrutura existentes

- I. cabe à CONTRATADA a retirada dos guarda-corpos existentes que estão fora do padrão;
- II. os materiais removidos deverão ficar de maneira organizada em local indicado pela fiscalização, sendo que a destinação ficará a cargo do SAMA E.

CLÁUSULA QUINTA – Equipe Técnica e Identificação dos Funcionários

A equipe técnica que desenvolverá os serviços será composta pelos seguintes funcionários: (relacionar nome e função).

.....

§ 1º A CONTRATADA deverá observar o § 10, do art. 30, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, quando houver qualquer alteração do quadro funcional designado para a execução dos serviços.

§ 2º A CONTRATADA somente poderá substituir os membros da equipe técnica, mediante prévia concordância do SAMA E, apresentando o acervo técnico do novo profissional a ser incluído na equipe técnica, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

§ 3º Identificação do responsável pelos contatos e pela solução dos problemas que por ventura venham a ocorrer (nome, telefone, e-mail).

.....

§ 4º Em atendimento ao subitem 15.5, do Edital, a CONTRATADA apresentou a seguinte documentação, em comprovação:

.....

CLÁUSULA SEXTA – Subcontratação dos Serviços

É vedado o consórcio entre empresas. A execução da obra/dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela CONTRATADA, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – Locais da Prestação dos Serviços

Os locais de execução dos serviços, entrega dos materiais e instalação, conforme quantidades estimadas, são:

- a) ETE Pinhal: Rua João Orestes Faoro, n.º 1200, Bairro São Victor Cohab – Caxias do Sul – RS
 - Guarda-corpo: 5,0m;
 - Tampa PRFV: 3 unidades = 0,7m x 0,7m (bomba de recalque do lodo, válvula de recalque do lodo e saída do reator);
 - Passarelas: 4 unidades = 6,0m x 0,8m (floculadores).
- b) ETE Pena Branca: Estrada Municipal Cláudio Formolo, n.º 2302, Bairro São Virgílio – Caxias do Sul – RS
 - Guarda-corpo + 4 portões: 8,0m;
 - Tampa PRFV: 2 unidades = 0,7m x 0,7m (poço de reciclo);
 - Passarelas: 2 unidades = 6,5m x 0,8m (floculadores);
 - Grade de piso: 1 unidade = 3,5m x 0,8m (desarenador), 2 unidades = 0,9m x 0,9m (desarenador), 1 unidade = 0,7m x 1,85m (comportas) e 1 unidade = 1,7m x 0,6m (calha Parshall).
- c) ETE Belo: Estrada da Uva, n.º 4501, Bairro Desvio Rizzo – Caxias do Sul – RS
 - Guarda-corpo: 14,0m;
 - Tampa PRFV: 1 unidade = 0,55m x 1,5m (recalque lodo) e 2 unidades = 0,6m x 0,8m (tanque reciclo);
 - Passarelas: 2 unidades = 6,5m x 0,8m (floculadores);
 - Grade de piso: 2 unidades = 0,8m x 0,8m (saída chicana) e 1 unidade = 0,5m x 1,0m

(descarte de filtros).

- d) ETE Tega: Rua Travessão Thompson Flores, n.º 167, Bairro Mattioda – Caxias do Sul – RS
- Guarda-corpo + 5 portões: = 725m;
 - Tampa PRFV: 120 unidades = 0,88m x 0,50m (4 reatores) e 2 unidades = 0,7m x 0,7m (acesso as bombas);
 - Passarelas: 4 unidades = 10,0m x 0,8m (floculadores);
 - Grade de piso: 1 unidade = 1,5m x 1,20m (canal de entrada), 2 unidades = 0,9m x 1,20m (calha Parshall), 1 unidade de formato irregular = 2,5m² (comportas antes dos desarenadores) e 4 unidades = 1,0m x 3,30m (fosso registro);
 - Escada de passagem: 2 unidades;
 - Remoção dos guarda-corpos existentes: 250,0m.
- e) ETE Samuara: Rua Jaime Guilherme Muratore Filho, n.º 3633, Bairro São Giácomo – Caxias do Sul – RS
- Guarda-corpo + 2 portões: 47,0m;
 - Tampa PRFV: 2 unidades = 0,6m x 0,6m;
 - Grade de piso: 1 unidade formato irregular = 0,8m² (calha Parshall), 2 unidades = 0,7m x 0,65m (entrada desarenador), 1 unidade = 0,7m x 2,65m (entrada desarenador) e 1 unidade = 1,0m x 2,0m (gradeamento).
- f) ETA Parque da Imprensa: Rua Nestor Moreira, n.º 719, Bairro Nossa Senhora de Lourdes – Caxias do Sul – RS
- Guarda-corpo + 5 portões: 716,0m;
 - Remoção dos guarda-corpos existentes: 664,0m.

CLÁUSULA OITAVA – Prazo de Execução

O prazo para a execução dos serviços será de, no máximo, 150 (cento e cinquenta) dias corridos, a contar da data do recebimento da Ordem de Início dos Serviços, que será emitida pelo SAMA E, em até 15 (quinze) dias após a publicação do contrato.

CLÁUSULA NONA – Condições de pagamento

§ 1º Ao final de cada período de, no mínimo 30 dias, a CONTRATADA apresentará o boletim de medição prévia dos serviços efetivamente executados, através de planilha de medição. A fiscalização terá 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, em parte ou no todo, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar as atividades executadas. No caso de reapresentação de medição rejeitada pela fiscalização, esta terá 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da reapresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, em parte ou no todo, a medição prévia relatada pela contratada, bem como para avaliar as atividades executadas. A aprovação da medição prévia,

apresentada pela CONTRATADA, não a (s) exime de quaisquer responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados. Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá nota fiscal/fatura, no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços.

§ 2º O pagamento somente será efetuado após a liberação da nota/fatura apresentada pela contratada, referente aos serviços efetivamente executados e dos demais documentos listados anteriormente.

§ 3º O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do Contrato, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

§ 5º Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da proponente vencedora. A conta corrente deverá estar em nome da pessoa jurídica vencedora do certame. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

§ 6º Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal:

- I. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- II. Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual do domicílio da empresa;
- III. Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da empresa;
- IV. Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, e
- V. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

§ 7º Os documentos exigidos nos incisos I, II e III, do parágrafo anterior, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 8º. A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no parágrafo sexto.

§ 9º A última parcela do Contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – Obrigações do CONTRATANTE

§ 1º Receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

§ 2º Receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

§ 3º Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na Cláusula Nona do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Obrigações da CONTRATADA

§ 1º Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os materiais, objeto deste contrato.

- I. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, materiais e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação, seguros, assistência médica e social, EPI's e EPC's e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Contrato.

§ 2º Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo 70, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 3º Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

§ 4º Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 5º Readequar os serviços reprovados pela Fiscalização do Contrato, no prazo estabelecido.

§ 6º Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 7º Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.

§ 8º Informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

§ 9º Manter profissionais com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos.

§ 10 Atender a todas as normas regulamentadoras referentes aos procedimentos e equipamentos de proteção coletiva e individual dando todas as condições de proteção e segurança ao pessoal que irá executar os serviços, (equipamento de proteção individual - EPIs, cavaletes, cones, placas de sinalização, etc).

§ 11 Informar ao SAMA E, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados.

§ 12 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo da obra devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio.

§ 13 Elaborar, através do Engenheiro responsável, o Diário de Obra, incluindo, diariamente, as informações sobre o andamento da obra, tais como número de funcionários, equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados e outros fatos relacionados, bem como aqueles comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

§ 14 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

§ 15 Chamar, com antecedência prévia, a fiscalização do SAMA E, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários ao projeto básico, tomando por base as cotas fornecidas, e as cotas efetivamente necessárias para os casos verificados “in loco” durante a pesquisa de interferência realizada pela CONTRATADA, através dos serviços previstos de locação e pesquisa de interferência de redes existentes, caixas, cabos, postes, outros elementos ou estruturas existentes que estejam na área atingida para implantação dos serviços.

§ 16 Deverá chamar a fiscalização com antecedência razoável sempre que houver necessidade. Qualquer alteração necessária no projeto deverá ser feita de comum acordo com a fiscalização, e devidamente documentada.

§ 17 Refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, correndo por sua exclusiva conta as despesas relativas a estes.

§ 18 A CONTRATADA possuirá responsável técnico devidamente habilitado, e entregará à Fiscalização do SAMA E, conforme subitem 15.6, do Edital, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da Ordem de Início dos serviços, emitida pela Fiscalização do SAMA E:

- I. cópia autenticada ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços comprovando o pagamento da respectiva taxa junto ao CREA. Na A.R.T. deverá constar indicação dos dados do Contrato.

§ 19 Manter, durante o período do Contrato, pelo menos um técnico qualificado de nível superior, que será responsável pelo adequado andamento dos trabalhos e da segurança da obra.

§ 20 Proporcionar supervisão adequada, durante o período do contrato, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução do serviço até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

§ 21 Fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e manutenção de tais equipamentos.

§ 22 Providenciar, antes do início dos serviços, todas as licenças e/ou autorizações necessárias para sua implantação, pagar taxas, impostos e demais encargos relativos a estas autorizações junto aos órgãos competentes. A Fiscalização não autorizará o início das obras sem a devida documentação.

§ 23 Providenciar máquinas, equipamentos e mão de obra compatíveis com a obra contratada (não obstante está subentendido que a referida empresa terá que complementar a relação de equipamentos e equipe técnica mínima prevista, com todo e qualquer pessoal, máquinas e equipamentos necessários para o perfeito desempenho das suas atividades na execução das obras).

§ 24 Fornecer e instalar todos os materiais e equipamentos previstos em projeto.

§ 25 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas por este instrumento, devendo, a CONTRATADA, relatar ao SAMA E toda e qualquer ocorrência nesse sentido.

§ 26 A CONTRATADA se obrigará a entregar os locais completamente limpos, acabados, desembaraçados de andaimes, máquinas, sobras de material e com todas as instalações em perfeito estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fiscalização

§ 1º A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa dos servidores Miriam Casagrande e Tiago Antônio Marcon, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do

Contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do Contrato competirá ao servidor Josiane Nunes, Diretora da Divisão de Esgoto do SAMA E.

§ 2º A fiscalização de que trata o parágrafo primeiro será exercida no interesse do SAMA E.

§ 3º A fiscalização realizada pelo SAMA E não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços.

§ 4º Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do Contrato e não exime a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do objeto.

§ 5º A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

§ 6º Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o SAMA E.

§ 7º Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da CONTRATADA.

§ 8º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução dos serviços, tendo como balizador o estabelecido no Termo de Referência – Anexo VI, do Edital.

§ 9º A CONTRATADA deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização e, por todos os meios, facilitar o amplo acesso da mesma aos serviços executados e materiais utilizados, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado.

§ 10 São de competência e de responsabilidade exclusivas da Fiscalização:

- I. fazer visitas necessárias de inspeção à obra, verificando se está sendo construída de acordo com os projetos, especificações e cronogramas;
- II. priorizar, retardar ou interromper a execução dos serviços, ou de algum serviço especial, de modo a atender aos interesses do SAMA E;
- III. atender aos chamados da CONTRATADA para esclarecimentos.

§ 11 A Fiscalização deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 67, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Recebimento do Objeto

Após a conclusão dos serviços a CONTRATADA deverá oficializar ao SAMAE o encerramento dos mesmos, o qual fará suas considerações e relatórios de pendências, se for o caso, sendo obrigação da CONTRATADA a execução dos serviços faltantes para a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

§1º A inspeção de recebimento será realizada conforme indicado abaixo:

- I. exame visual, não são admitidas falhas no revestimento, trincas, fissuras, bolhas e delaminações;
- II. exame dimensional, após a instalação deve-se fazer a verificação das dimensões e espaçamentos dos guarda-corpos, conforme projeto executivo fornecido pela CONTRATADA.

§ 2º Fica a CONTRATADA obrigada a manter, por conta e risco, os serviços executados em perfeitas condições pelo período de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório e, somente após este prazo, será providenciado pelo SAMAE o Termo de Recebimento Definitivo, documento este necessário para pagamento da última fatura, correspondente à última medição.

§ 3º O Recebimento Provisório será realizado pelo Engenheiro Fiscal do SAMAE, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços, mediante termo circunstanciado que deverá ser assinado por ele e pelo Engenheiro Responsável Técnico pelos serviços, após a comunicação escrita da CONTRATADA.

§ 4º Esta comunicação escrita da CONTRATADA poderá ocorrer somente após o atendimento de todas as exigências contratuais e a respectiva aprovação pela Fiscalização.

§ 5º O Recebimento Definitivo será realizado por Comissão designada especialmente para esta finalidade, mediante termo circunstanciado, que deverá ser assinado por esta Comissão e pela CONTRATADA, após vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

§ 6º A Comissão exigirá de a CONTRATADA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto não realizado, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VI, do Edital bem como em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. A Comissão definirá, de comum acordo com a CONTRATADA, o prazo para a solução de problemas encontrados na vistoria.

§ 7º O Termo de Recebimento Definitivo não exime a CONTRATADA de sua responsabilidade técnica pela execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Sanções Administrativas

À CONTRATADA, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, dentre outras:

§ 1º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 2º MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Contrato. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
 - a) após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à CONTRATADA serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou CONTRATADA, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada a penalidade descrita no § 4º;
- IV. pela execução da prestação de serviços em desacordo com o projeto executivo e os respectivos cadernos técnicos, na razão de 3% a 10% (três a dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, conforme abaixo:
 - a) 3% (três por cento) para inconformidade LEVE, aplicável quando evidenciados aspectos estéticos e execuções construtivas distintas das especificações técnicas contempladas no projeto executivo, sem afetar a segurança e a solidez da obra;

- b) 7% (sete por cento) para inconformidade MODERADA, aplicável quando evidenciada pela perda da funcionalidade (parcial ou total) e/ou durabilidade do elemento, sem afetar a segurança da edificação e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando é executada parcela da obra sem a prévia autorização do fiscal, impedindo a fiscalização da parcela que a antecedia;
- V. 10% (dez por cento) para inconformidade GRAVE, aplicável quando colocado em risco a segurança da edificação e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando são utilizados componentes estruturais ou de segurança distintos das especificações técnicas contempladas no projeto executivo ou normas especializadas.
- VI. pelo descumprimento das obrigações inerentes ao contrato, assumidas pela CONTRATADA, que não tenham valor definido em item de custo, tais como ausência de organização e higiene no canteiro de obras; ausência de uniforme ou identificação de funcionário da empresa; descumprimento de técnicas e normas de segurança do trabalho e da segurança do trânsito; inadequação ou ausência de equipamento e ferramentas adequadas à execução dos serviços; ausência de entrega de documentação exigida, após o prazo definido pela fiscalização para regularização, entre outros motivos, na razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por infração;
- VII. pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada a penalidade descrita no § 4º;
- VIII. pela não apresentação da documentação estipulada e/ou apresentação em desconformidade, conforme § 6º, da Cláusula Nona, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a penalidade descrita no § 4º;
- IX. pela subcontratação de serviços, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade descrita no § 4º;
- X. pelo apontamento, por parte do Ministério do Trabalho, relativo ao descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração cometida pela proponente, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade descrita no § 4º;
- XI. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação da documentação solicitada nos subitens 15.5 e 15.6, do Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade descrita no § 4º.

§ 3º Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitem anterior, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade descrita no § 4º.

§ 4º **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal** pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo SAMA E, bem como demais cominações legais, quando a CONTRATADA:

- I. apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do procedimento licitatório ou da execução do objeto, sem motivo justificado, não manutenção da proposta, apresentar comportamento inidôneo, cometer fraude fiscal e/ou praticar atos fraudulentos ou falha na execução do contrato;
- II. der causa à inexecução total ou parcial da obra, caracterizado pela recusa injustificada a assinatura do contrato, recusa injustificada na entrega da documentação exigida para assinatura de contrato e/ou pagamento, recusa injustificada ao início da execução dos serviços ou, ainda, pela paralisação ou abandono da execução do Contrato;
- III. reiterar falhas contratuais que caracterizem a incapacidade da empresa para execução dos serviços;
- IV. incorrer em alguma das situações previstas no art. 88, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- V. subcontratar a execução do objeto, sem a devida autorização contratual.

§ 5º **Declaração de Inidoneidade** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o SAMA E pelos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da penalidade de suspensão do parágrafo anterior.

§ 6º Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

§ 7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 8º A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

§ 9º As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 10 Será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

§ 11 As multas e o seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 12 O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

§ 13 Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

§ 14 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

§ 15 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Garantia dos Serviços

A garantia dos materiais e serviços prestados será de _____ (_____) anos, sobre os serviços prestados e materiais utilizados. Esse prazo não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo dos serviços. Durante este período a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica gratuita se qualquer problema for constatado nas instalações realizadas.

Parágrafo único - O fornecimento dos materiais e dos equipamentos e a execução dos serviços deverão atender a padrões qualitativos aceitáveis, sendo que o SAMA E recusará os que não estiverem de acordo, e as despesas decorrentes serão todas por conta da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando do recebimento definitivo.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – Garantia de Execução

§ 1º A CONTRATADA, neste ato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de; correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, observadas as condições previstas no Edital.

§ 2º O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

§ 3º As exigências referentes à garantia de execução contratual encontram-se descritas no Edital.

§ 4º A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Vigência do Contrato

O presente Contrato vigorará por um período de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, a contar da data de recebimento da Ordem para Início dos Serviços, expedida pelo SAMAE, em até 15 (quinze) dias após a publicação deste Instrumento, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, ou alterado, fundamentado no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Rescisão do Contrato

Além dos motivos enumerados nos incisos e parágrafo único do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, o Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, independente de procedimento judicial, nos casos de:

- I. não desenvolver os compromissos assumidos neste instrumento;
- II. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do Contrato;
- III. quaisquer das situações previstas na Cláusula Décima Terceira deste instrumento;
- IV. quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Direitos do CONTRATANTE

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê o artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Tolerância

Qualquer tolerância ou concessão do SAMAE para com a CONTRATADA, quando não manifestada por escrito, não terá validade e não poderá ser invocada para alterar os compromissos assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Foro

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados entre si, firmam o presente em (02) duas vias, de igual teor e forma, em presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul,

Diretor-Presidente do SAMAE.

Contratada.

Testemunhas:

- 1.
- 2.

TOMADA DE PREÇOS N.º 005/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação completa de guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção, padrão plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV), perfil pultrudado para as Estações de Tratamento de Água e Esgoto do SAMA E de Caxias do Sul/RS, com a remoção das estruturas existentes.

2. FINALIDADE

A finalidade é para a proteção e segurança contra quedas em altura dos operadores e das pessoas que circundam nas Estações de Tratamento de Água e Esgoto do SAMA E de Caxias do Sul.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação da empresa se faz necessária em função da má condição das estruturas existentes e também da ausência de proteção contra quedas nas Estações de Tratamento de Água e Esgoto.

4. LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

Os materiais deverão ser entregues e instalados, conforme quantidades estimadas e especificações técnicas, nos seguintes locais:

- g) ETE Pinhal: Rua João Orestes Faoro, 1200, Bairro São Victor Cohab.
 - Guarda-corpo: 5,0m
 - Tampa PRFV: 3 unidades = 0,7m x 0,7m (bomba de recalque do lodo, válvula de recalque do lodo e saída do reator);
 - Passarelas: 4 unidades = 6,0m x 0,8m (floculadores).
- h) ETE Pena Branca: Estrada Municipal Cláudio Formolo, 2302, Bairro São Virgílio;
 - Guarda-corpo + 4 portões: 8,0m;
 - Tampa PRFV: 2 unidades = 0,7m x 0,7m (poço de reciclo);
 - Passarelas: 2 unidades = 6,5m x 0,8m (floculadores);
 - Grade de piso: 1 unidade = 3,5m x 0,8m (desarenador), 2 unidades = 0,9m x 0,9m (desarenador), 1 unidade = 0,7m x 1,85m (comportas) e 1 unidade = 1,7m x 0,6m (calha Parshall).
- i) ETE Belo: Estrada da Uva, 4501, Bairro Desvio Rizzo;
 - Guarda-corpo: 14,0m;
 - Tampa PRFV: 1 unidade = 0,55m x 1,5m (recalque lodo) e 2 unidades = 0,6m x 0,8m (tanque

reciclo);

- Passarelas: 2 unidades = 6,5m x 0,8m (floculadores);
- Grade de piso: 2 unidades = 0,8m x 0,8m (saída chicana) e 1 unidade = 0,5m x 1,0m (descarte de filtros).

- j) ETE Tega: Rua Travessão Thompson Flores, 167, Bairro Mattioda;
- Guarda-corpo + 5 portões: = 725m;
 - Tampa PRFV: 120 unidades = 0,88m x 0,50m (4 reatores) e 2 unidades = 0,7m x 0,7m (acesso as bombas);
 - Passarelas: 4 unidades = 10,0m x 0,8m (floculadores);
 - Grade de piso: 1 unidade = 1,5m x 1,20m (canal de entrada), 2 unidades = 0,9m x 1,20m (calha Parshall), 1 unidade de formato irregular = 2,5m² (comportas antes dos desarenadores) e 4 unidades = 1,0m x 3,30m (fosso registro);
 - Escada de passagem: 2 unidades;
 - Remoção dos guarda-corpos existentes: 250,0m.
- k) ETE Samuara: Rua Jaime Guilherme Muratore Filho, 3633, Bairro São Glácomo;
- Guarda-corpo + 2 portões: 47,0m;
 - Tampa PRFV: 2 unidades = 0,6m x 0,6m;
 - Grade de piso: 1 unidade formato irregular = 0,8m² (calha Parshall), 2 unidades = 0,7m x 0,65m (entrada desarenador), 1 unidade = 0,7m x 2,65m (entrada desarenador) e 1 unidade = 1,0m x 2,0m (gradeamento).
- l) ETA Parque da Imprensa: Rua Nestor Moreira, 719, Bairro Nossa Senhora de Lourdes
- Guarda-corpo + 5 portões: 716,0m;
 - Remoção dos guarda-corpos existentes: 664,0m.

O início dos serviços deverá ser em até 5 (cinco) dias após a emissão da Ordem de Início dos Trabalhos, expedida pelo setor competente do SAMA E, que ocorrerá após a assinatura do Contrato.

A proponente deverá apresentar:

- Cópia das ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referente ao projeto executivo, a montagem e instalação dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção e comprovante de pagamento da respectiva taxa junto ao CREA, em até 10 (dez) dias, a contar do recebimento da ordem de início dos serviços, emitida pelo SAMA E;
- Antes do início da fabricação e/ou aquisição dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção, a CONTRATADA deverá apresentar e entregar o projeto executivo de detalhamento das estruturas, para análise e aprovação do SAMA E.
- Certificado de qualidade dos materiais e da matéria prima, expedido por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas da CONTRATADA.
- Cronograma físico-financeiro, que deverá prever parcelas mensais. O primeiro pagamento somente acontecerá 30 (trinta) dias após o início dos serviços, de acordo com os procedimentos descritos no Edital de Licitação ou definidos pela Divisão Financeira do SAMA E.

As proponentes deverão indicar obrigatoriamente o prazo de execução dos serviços em dias corridos, que não poderá exceder a 150 (cento e cinquenta) dias corridos, já incluído a entrega do projeto executivo.

5. CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE

Os materiais a serem ofertados deverão atender às normas, especificações, métodos de ensaio da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e ASTM (American Society for Testing and Materials) e deverão ser entregues acompanhados de Certificado de qualidade dos materiais, expedido por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas da CONTRATADA, sob pena de não recebimento dos materiais. Da mesma forma devem ser acompanhados de certificado de análise da matéria prima, fornecido pelo fabricante do material.

O certificado de qualidade deverá atestar que os materiais atendem de forma plena os testes de dureza, teor de fibra de vidro, absorção de água, anti-chamas, resistências aos raios ultra-violetas e intempérie, à tração, à compressão, à flexão e ao impacto izod e deverá indicar o lote, a data de fabricação, o destinatário dos materiais e os ensaios a que foram submetidos, conforme as normas da ABNT e/ou constantes das especificações.

Em caso de reprovação do material, os materiais não serão recebidos pela CONTRATANTE. Ficará às expensas da CONTRATADA a entrega de novos materiais que atendam às normas, bem como a realização de nova inspeção e emissão de laudo nos novos materiais, executados por órgão de reconhecida idoneidade, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

Em caso de atraso na entrega do material, por problemas de inspeção técnica, o qual a CONTRATADA tenha dado causa, não será computado o mesmo para efeito de isenção de multas ou penalidades previstas no Edital. A critério exclusivo, e dependendo da quantidade de material a ser fornecido, a CONTRATANTE poderá dispensar a inspeção e os testes do material.

6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Ao final de cada período de, no mínimo 30 dias, a contratada apresentará o boletim de medição prévia dos serviços efetivamente executados, através de planilha de medição.

A fiscalização terá 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, em parte ou no todo, a medição prévia relatada pela contratada, bem como para avaliar as atividades executadas.

No caso de reapresentação de medição rejeitada pela fiscalização, esta terá 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da reapresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, em parte ou no todo, a medição prévia relatada pela contratada, bem como para avaliar as atividades executadas.

A aprovação da medição prévia, apresentada pela contratada, não a (s) exime de quaisquer responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

Após a aprovação, a contratada emitirá nota fiscal/fatura, no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços.

O pagamento somente será efetuado após a liberação da nota/fatura apresentada pela contratada, referente aos serviços efetivamente executados e dos demais documentos listados anteriormente.

O prazo do pagamento, após o aceite da nota fiscal, pela fiscalização, será determinado pela Divisão Financeira do SAMA E, estando esta informação expressa em documento anexo a este termo de referência.

7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS MATERIAIS OU DOS SERVIÇOS

7.1 Introdução

7.1.1 Requisitos obrigatórios

No fornecimento e instalação, além destas Especificações deverão ser obedecidos os seguintes documentos:

- Normas Técnicas da ABNT;
- Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, aplicáveis aos serviços;
- Em caso de divergência entre documentos, prevalecerá o indicado pela FISCALIZAÇÃO.

A CONTRATADA será responsável por todo e qualquer dano causado por acidentes na realização dos serviços, especialmente se for comprovada negligência, imperícia e não observância das Normas de Segurança pertinentes.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços executados por seus empregados ou dos serviços de utilidade pública e deverá fazer face ao custo de todos os reparos por tais danos.

A CONTRATADA, antes do início dos serviços deverá pagar as taxas, impostos e demais encargos junto a Órgãos Públicos e demais Órgãos Competentes.

Antes do início da fabricação e/ou aquisição dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção, a CONTRATADA deverá apresentar e entregar o projeto executivo de detalhamento das estruturas, acompanhado da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), referente ao **projeto executivo, a montagem e instalação** dos guarda-corpos, portões, grades de piso, passarelas, escadas e tampas de inspeção, especificando o sistema de fixação utilizado.

A FISCALIZAÇÃO não autorizará o início dos serviços sem a devida documentação.

Fica a CONTRATADA obrigada a manter, os serviços executados em perfeitas condições pelo período de 90 (noventa) dias após a conclusão dos mesmos e, somente após este prazo, será providenciada pelo CONTRATANTE o Termo de Recebimento Definitivo.

As ferramentas, equipamentos e máquinas utilizadas na realização dos serviços deverão apresentar plenas condições de funcionamento e conservação, além de garantir a segurança do usuário, devendo ser substituídas quando determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem que isso venha adiar prazos ou gerar ônus ao CONTRATANTE.

A CONTRATADA ainda deverá:

- Manter, obrigatoriamente, o Seguro Contra Acidentes de Trabalhos, com ampla e total cobertura de seus funcionários;
- Refazer os serviços não aceitos pela FISCALIZAÇÃO, sem que repercutam ônus ao CONTRATANTE;
- Fornecer, incentivar e exigir de seus empregados a utilização dos EPIs – Equipamentos de Proteção Individual, uniforme e crachá de identificação contendo o nome e função.

7.2 Orientações às proponentes

7.2.1 Mão de obra

A CONTRATADA deverá, durante todo o tempo, proporcionar supervisão adequada, mão de obra e equipamentos suficientes para executar os serviços até a sua conclusão, dentro do prazo requerido no Contrato.

Cabe à CONTRATADA a responsabilidade sobre o fornecimento dos materiais e equipamentos e execução dos serviços, de acordo com as Especificações estabelecidas pela CONTRATANTE.

A empresa executora deverá apresentar ART registrada no CREA comprovando a responsabilidade técnica de um profissional habilitado em relação aos serviços.

Todo o corpo técnico da CONTRATADA deverá possuir habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos.

A mão-de-obra deverá ser especializada, cabendo à FISCALIZAÇÃO alertar a CONTRATADA pela qualidade da execução dos serviços ou mesmo condenando os serviços quando não executados a contento.

A CONTRATADA se obrigará a chamar a FISCALIZAÇÃO com antecedência razoável sempre que houver necessidade.

A CONTRATADA se obrigará a entregar os locais completamente limpos, acabados, desembaraçados de andaimes, máquinas, sobras de material e com todas as instalações em perfeito estado.

7.2.2 Ferramentas e Equipamentos

A CONTRATADA deverá fornecer ferramentas e equipamentos em quantidade, tipo e capacidades que se façam necessários para, satisfatoriamente, executar os serviços. Todos os equipamentos e ferramentas usados deverão ser adequados de modo a atender às exigências dos serviços.

7.2.3 Materiais e Serviços

Com referência à qualidade dos materiais e dos serviços, serão respeitadas todas as recomendações da ABNT, mesmo que não aqui expressamente citadas.

De modo geral, serão válidas todas as instruções, especificações e normas oficiais no que se refere à recepção, ao transporte, à manipulação, ao emprego e à estocagem dos materiais a serem utilizados.

A CONTRATADA antes da aquisição dos materiais e equipamentos solicitará por escrito à CONTRATANTE, aprovação das especificações de fornecimento e autorização para compra dos mesmos. A FISCALIZAÇÃO não aceitará os materiais adquiridos sem a prévia aprovação e autorização, ficando a CONTRATANTE isenta de quaisquer responsabilidades, cabendo à CONTRATADA arcar com o ônus e/ou prejuízos daí decorrentes.

7.2.4 Documentos para aprovação

Com base no projeto básico fornecido pelo SAMA E, a proponente vencedora deverá providenciar todos os documentos e projetos necessários para aprovação.

Somente após a aprovação desta documentação pelo SAMA E poderá ser iniciada a fabricação e aquisição dos materiais, equipamentos, etc.

7.3 Especificações dos materiais

7.3.1 Referências Normativas

Todos os materiais a serem empregados e os serviços de instalação de estruturas pultrudadas, deverão ser, comprovadamente, de primeira qualidade e que satisfaça rigorosamente as especificações técnicas, bem como as NRs (Normas Regulamentadoras), as normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e ASTM (American Society for Testing and Materials).

- NR-12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos;
- NBR 14718:2008 - Guarda-corpo para edificação.
- NBR 15708:2014 - Indústrias do petróleo e gás natural – Perfis pultrudados, Parte 1: Materiais, métodos de ensaio e tolerâncias dimensionais; Parte 2: Guarda-corpo; e Parte 3: Grade de piso;
- NBR 9077:2001 - Saídas de emergência em edifícios;
- ASTM D2565 - UV/Intemperismo;
- ASTM D638 - Tração (Resistência);
- ASTM D695 - Compressão (Resistência);

- ASTM D790 - Flexão (Resistência);
- ASTM D5630 - Teor de Fibra;
- ASTM D256 - Impacto Izod;
- ASTM D570 - Absorção de água;
- ASTM D2583 – Dureza Barcol;
- ASTM D635 - auto-extinguível.

7.3.2 Descrição do material e das características

Compósito: Produzido em PRFV (plástico reforçado com fibra de vidro) pelo processo de pultrusão, com proteção contra raios ultravioleta (UV); com alta resistência à corrosão; com isolamento térmico e elétrico; com alta resistência mecânica e baixo peso. A resina a ser aplicada deverá ser do tipo isoftálica e com espessura mínima da parede de 3,0mm. A porcentagem em peso de fibra deve ser de no mínimo 60%.

Deverão ser atendidas as especificações e métodos aprovados ou em fase de projeto da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como as Normas relacionadas a seguir:

NBR 15708/2014: Indústrias do petróleo e gás natural – Perfis pultrudado.

Os materiais devem atender as seguintes características:

Proteção contra a radiação UV:

- ASTM D2565: UV/Intemperismo;

Resistências:

- ASTM D638: Tração (Resistência);
- ASTM D695: Compressão (Resistência);
- ASTM D790: Flexão (Resistência);
- ASTM D5630: Teor de Fibra;
- ASTM D256: Impacto Izod;
- ASTM D2583 – Dureza Barcol;
- ASTM D570: Absorção de água.

Anti-chama:

- ASTM D635: auto-extinguível.

7.3.3 Descrição do produto

Todos os perfis deverão receber pintura em tinta poliuretano para proteção.

7.3.3.1 Guarda-corpo

O guarda-corpo deverá ser montado com perfis estruturais, produzidos em PRFV (plástico reforçado com fibra de vidro) pelo processo da pultrusão, com resina isoftálica, incluindo montantes, corrimãos (passa-mão), travessas (barras intermediárias), rodapés e sapatas.

Uma unidade do guarda-corpo, montado com todos os seus componentes previstos na unidade modular, nas condições de fixação previstas conforme projeto executivo, deve ser submetido aos ensaios conforme NBR 15708:2.

Resistência do guarda-corpo: a unidade do guarda-corpo deve ser submetida e resistir aos esforços prescritos no item 4.8 da NBR 9077.

Cor: amarelo ouro (amarelo segurança) – 5-Y-8/12, intensidade: ref. Munsel.

- a. Montante: perfil que constitui os elementos verticais estruturais. Deverá ser em compósito. Os

tubos deverão ser em seção quadrada de dimensões mínimas 2" x 2" e com espessura mínima de 5,0mm. A distância máxima entre montantes deverá ser de 1500mm. Os montantes devem ser fixados em suporte fabricado em compósito ou em aço inox AISI 304. Na fixação dos montantes ao concreto do piso devem ser utilizados chumbadores químicos ou mecânicos com haste de aço inox AISI 304. As fixações devem ser dimensionadas de forma a garantir o desempenho do guarda-corpo, na qual o mesmo deverá ser submetido e resistir aos esforços prescritos no item 4.8 da NBR 9077.

A Fixação do montante deverá ser por sapata ou lateral/engastada, em compósito ou aço inox AISI 304. Essa fixação poderá sofrer adequações pelo tipo de pavimento e/ou características físicas/técnicas do local de instalação ou equipamentos, logo será aceito outro tipo de travessa horizontal/sapata ou outro tipo de fixação da mesma, desde que este sistema atenda a todas as características técnicas e garanta a resistência do guarda-corpo, conforme as normas da ABNT.

b. Corrimão (passa-mão): travessa, situada na parte superior do guarda-corpo, destinada a servir de apoio, guia e/ou empunhadura pelo usuário. Deverá ser em compósito, manta com duplo véu. Os tubos deverão ser redondos, com diâmetro mínimo de 2" ou em perfil "U" abaulado de, no mínimo 58,9mm e com espessura mínima de 4,0mm. A altura do corrimão deverá ser de 1100mm, a contar do nível do pavimento. Os perfis não poderão ter saliências (cantos vivos), devendo-se eliminar arestas cortantes;

c. Travessa (barras intermediárias): perfil que constitui os elementos horizontais intermediários. Deverá ser em compósito. Os tubos deverão ser redondos com diâmetro mínimo de 1.1/2" e com espessura mínima de 3,0mm. A distância entre os perfis intermediários não deve ser superior a 110mm.

d. Rodapé: parte inteiriça do guarda-corpo, localizada próximo ao piso, com o objetivo de evitar a queda de objetos. Deverá ser em compósito, com chapa plana (tipo "grega") com altura mínima total de 200mm e com espessura mínima de 3,0mm.

Quando a superfície for horizontal plana, a distância entre o piso do pavimento e a parte debaixo do rodapé deverá ser de no máximo 45mm.

A medição será feita por metro linear (m) de guarda-corpo instalado e aprovado pela fiscalização.

7.3.3.2 Portões

Visando assegurar o acesso em pontos específicos para a limpeza e coleta de material nas Estações de Tratamento de Água e Esgoto, os guarda-corpos deverão dispor de portões em locais definidos pela fiscalização.

Deverão ser montados com a mesma estrutura dos guarda-corpos. Os portões deverão atender a todos os requisitos técnicos e normas previstas nesta especificação, conforme ART, com sistema de bloqueio/fechamento tipo ferrolho simples ou porta cadeado ou outro sistema de fechamento, que assegure as condições de esforços/resistência requeridas para o sistema. O número, a localização e os sistemas de fechamento dos portões necessários serão definidos pela fiscalização do SAMA E e seus custos deverão estar incluídos no custo linear dos guarda-corpos, inclusive o cadeado. O projeto do portão deve estar em conformidade com o projeto executivo fornecido pela Contratada.

Cor: amarelo ouro (amarelo segurança) – 5-Y-8/12, intensidade: ref. Munsel.

7.3.3.3 Grade de piso

As grades de piso aberta deverão ser produzidas em plástico reforçado com fibra de vidro (PRFV), montada a partir de perfil pultrudado em formato "I", chaveta para travamento dos perfis e camada antiderrapante aplicado com quartzo e resina. Todas as peças de grades de piso deverão ser com resina isoftálica, cor cinza padrão e acabamento superficial antiderrapante.

Conforme projeto básico, serão executadas grades de piso a serem encaixadas ou apoiadas na estrutura existente. As espessuras das grades deverão ser dimensionadas para resistir ao tráfego de

peçoas e de acordo com os vãos de apoio. As grades de piso deverão ser construídas com vigas portantes uniformemente espaçadas e mantidas em posição através de vigas de ligação transversais, chavetadas e coladas. O espaçamento entre as vigas portantes deve ser no mínimo 25mm e no máximo 38mm. As vigas portantes poderão ter as seguintes alturas 25,4mm, 31,8mm, 38,1mm e 50,8mm.

As grades de piso deverão atender as seguintes características mínimas: alta resistência mecânica, resistência a ações corrosivas de agentes agressivos, resistência aos ataques UV, isolamento térmico e elétrico, entre outras. As peças deverão possuir nas extremidades, cantoneira de sustentação em perfis pultrudados, para suporte nas estruturas de concreto.

Estão inclusos no item todos os acessórios pertinentes a entrega dos serviços (grampos, parafusos, etc), devendo os elementos de fixação e amarração ser em aço inoxidável AISI 304.

As medidas indicadas são básicas, devendo ser confirmadas no local pela Contratada, antes da elaboração do projeto executivo, e, portanto, antes da fabricação/construção/execução de montagem das estruturas pultrudadas.

A medição será feita por área (m²) de grades de piso instaladas e aprovadas pela fiscalização.

7.3.3.4 Plataforma com guarda corpo e grade de piso

As plataformas (passarelas) deverão ser fabricadas a partir de plásticos reforçados com fibra de vidro (PRFV), através de processo de pultrusão, com resina isoftálica. Deverão ser dimensionadas para resistir ao tráfego de pessoas e de acordo com os vãos de apoio.

As plataformas serão formadas pelo conjunto: guarda-corpo e grades de piso e deverão seguir as especificações dos mesmos descritas nos itens 7.3.3.1 e 7.3.3.3 respectivamente. A fixação das plataformas deverá ser através de fixadores em aço inoxidável AISI 304, nas estruturas de concreto.

As medidas indicadas são básicas, devendo ser confirmadas no local, antes da elaboração do projeto executivo de detalhamento, e, portanto, antes da fabricação/construção/execução de montagem das estruturas pultrudadas.

Cor da plataforma: amarelo ouro (amarelo segurança) – 5-Y-8/12, intensidade: ref. Munsel.

A medição será feita por unidade de plataforma instalada e aprovada pela fiscalização.

7.3.3.5 Escada de passagem

As escadas deverão ser fabricadas a partir de plásticos reforçados com fibra de vidro (PRFV), através de processo de pultrusão, com resina isoftálica.

As medidas indicadas são básicas, devendo ser confirmadas no local, antes da elaboração do projeto executivo de detalhamento e, portanto, antes da fabricação/construção/execução de montagem das estruturas pultrudadas.

Cor: amarelo ouro (amarelo segurança) – 5-Y-8/12, intensidade: ref. Munsel.

A medição será feita por unidade de escada instalada e aprovada pela fiscalização.

7.3.3.6 Tampas de inspeção

As tampas de inspeção deverão ser fabricadas a partir de plásticos reforçados com fibra de vidro (PRFV), através de processo de pultrusão, com resina isoftálica. Deverão ser dimensionadas para resistir ao tráfego de pessoas e de acordo com os vãos de apoio.

As tampas deverão ser projetadas para que fiquem niveladas com o pavimento ou no mesmo nível das demais tampas de concreto, para que não haja degraus ou ressalto.

Estão inclusos no item todos os acessórios pertinentes a entrega dos serviços (grampos, parafusos, etc), devendo os elementos de fixação e amarração ser em aço inoxidável AISI 304.

As medidas indicadas são básicas, devendo ser confirmadas no local, antes da elaboração do projeto executivo de detalhamento e, portanto, antes da fabricação/construção/execução de montagem das estruturas pultrudadas.

Cor: amarelo ouro (amarelo segurança) – 5-Y-8/12, intensidade: ref. Munsel.

A medição será feita por área (m²) de tampa de inspeção instalada e aprovada pela fiscalização.

Qualquer alteração no projeto proposto pelo SAMA E, como modelo de grade de piso, perfil para guarda-corpos, escadas, plataformas e tampas de inspeção, deverá ser apresentada pela Contratada à fiscalização, incluindo justificativa viável para tal, apresentando características similares e condições de usos iguais ou melhores ao que foi proposto inicialmente. Caberá a fiscalização do SAMA E aceitar ou não, parcial ou integralmente a alteração. A substituição do projeto deverá ser apresentada com antecedência mínima de 72 horas antes da fabricação e instalação, para avaliação e aprovação da fiscalização.

7.4 Especificações dos Serviços

7.4.1 Projeto executivo

A Contratada deverá fornecer o Projeto Executivo de todas as estruturas (guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção), para análise e aprovação do SAMA E.

O prazo para a entrega do projeto executivo será de, no máximo, 30 (trinta) dias, após a ordem de início dos serviços.

A contratada deverá possuir em seu quadro um profissional com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para os projetos executivos.

7.4.2 Serviço de Instalação

Cabe à Contratada o transporte até o local definido, a montagem e instalação dos guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção.

A contratada deverá possuir em seu quadro um profissional com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) para os serviços de montagem e instalação dos produtos. Esta montagem e instalação deverá atender a todas as normas pertinentes.

A instalação compreende também o fornecimento de todos os insumos e equipamentos necessários e suficientes à plena execução dos serviços.

Nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, necessários e suficientes para a execução integral do objeto do Contrato.

Os materiais devem ser entregues e instalados, conforme as quantidades estimadas e especificações técnicas.

7.4.3 Remoção de estrutura existentes

Cabe à Contratada a retirada dos guarda-corpos existentes que estão fora do padrão. Os materiais removidos deverão ficar de maneira organizada em local indicado pela fiscalização, sendo que a destinação ficará a cargo da CONTRATANTE.

8. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar A.R.T. registrada no CREA, comprovando a responsabilidade técnica de um profissional habilitado, junto com documento de vínculo do mesmo com a CONTRATADA, em relação aos serviços que serão prestados. Na A.R.T. deverá constar indicação dos dados do Contrato.

Deverá manter um diário onde serão devidamente assentadas as ocorrências que sejam consideradas necessárias pela CONTRATADA ou pela FISCALIZAÇÃO, tais como consultas, modificações, esclarecimentos, estado de tempo, prazo decorrido, equipamentos e mão-de-obra alocados, entre outros.

A CONTRATADA será responsável pelo alojamento, alimentação, transporte, encargos sociais, trabalhistas, impostos, seguros, assistência médica e social, equipamentos de proteção, tais como luvas, capas, botas, capacetes, máscaras e quaisquer outros necessários à segurança pessoal, e outros encargos pertinentes à manutenção de seus funcionários.

A CONTRATADA obriga-se a fornecer, incentivar e obrigar a utilização dos equipamentos de proteção individual e coletivos por todos os seus empregados nas frentes de trabalho.

A CONTRATADA será considerada responsável pelos danos por ela causados nos serviços executados por seus empregados ou subcontratados, aos serviços de utilidade pública e privados, e deverá fazer face ao custo de todos os reparos por tais danos.

Caberá exclusivamente à CONTRATADA, indenização por danos físicos ou pela morte acidental de qualquer pessoa, bem como pelos danos materiais às propriedades públicas e privadas a que der causa.

Deverá chamar a FISCALIZAÇÃO com antecedência razoável sempre que houver necessidade. Qualquer alteração necessária no projeto deverá ser feita de comum acordo com a FISCALIZAÇÃO, e devidamente documentada.

Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela FISCALIZAÇÃO serão refeitos, correndo as despesas por conta única e exclusiva da empresa CONTRATADA.

A CONTRATADA é responsável pela guarda, operação e manutenção de todos os veículos, equipamentos, ferramentas, aparelhos e instrumentos de sua propriedade, necessários à execução dos serviços.

9. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Os materiais e instalações devem ter a garantia mínima de 05 (cinco) anos, a ser contada a partir do recebimento definitivo.

Os produtos que apresentarem defeitos devem ser substituídos, sem nenhuma despesa para a CONTRATANTE.

10. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início dos trabalhos, um Cronograma de Execução dos serviços, para a aprovação da FISCALIZAÇÃO e, compatibilizado com o mesmo, um plano de execução destes serviços.

11. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS – CEI/CREA/ATESTADOS/LAUDOS/ BOLETINS/ETC.

Para o certame licitatório, as Proponentes participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

A) Certificado de registro da empresa no CREA.

A proponente deverá comprovar que possui registro no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em vigor, na data de abertura da licitação.

B) Atestado de qualificação do Responsável Técnico

Comprovação de aptidão por meio de atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de

Acervo Técnico, CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666/1995, que tenha sido contratado para a execução de serviços similares (serviços relativos a montagem e instalação de guarda-corpos em PRFV (Plástico reforçado em fibra de vidro), perfil pultrudado), em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser de serviço(s) já concluído(s) e deverá(ão) constar discriminadamente os serviços e seus quantitativos, em particular o item de maior relevância.

C) Atestado (s) de Capacidade Técnico-Operacional

Comprovação de aptidão por meio de atestados fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove ter a proponente realizado serviços similares (serviços relativos a montagem e instalação de guarda-corpos em PRFV (Plástico reforçado em fibra de vidro), perfil pultrudado), em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente os serviços e seus quantitativos, em particular o item de maior relevância, sendo que os atestados deverão ser de serviços já concluídos, conforme artigo 30, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Item de maior relevância: Para atendimento dos itens B e C acima, serão consideradas aptas as empresas que comprovarem em um único atestado, a quantidade mínima de 400 (quatrocentos) metros lineares de fornecimento, montagem e instalação de guarda-corpos, padrão em PRFV (plástico reforçado em fibra de vidro), perfil pultrudado.

Declarações referentes à qualificação profissional e disponibilidade de equipamentos

- A proponente deverá apresentar **declaração**, assinada pelo seu responsável legal, de que referido profissional, detentor do atestado de capacidade técnico-profissional, citado no item B, preencherá o quadro permanente da proponente, na data prevista para a assinatura do contrato;
- Deverá apresentar **Termo de compromisso** da proponente de que o responsável técnico de nível superior, irá realizar, pessoal e diretamente, a supervisão dos serviços objeto desta licitação (artigo 30, parágrafo 10, da Lei Federal n.º 8.666/1993);
- Deverá apresentar **declaração**, sob as penas cabíveis, relacionando e qualificando cada um dos membros da equipe técnica, alocada para a execução dos serviços objeto desta licitação, conforme artigo 30, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993.
- Deverá apresentar **declaração**, sob as penas da lei, que a Proponente dispõe de todos os equipamentos necessários para a execução dos serviços.

O profissional indicado como Responsável Técnico pelos serviços deverá ser o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica.

Para a assinatura do Contrato, em atendimento ao estabelecido no inciso IV do item anterior, a proponente vencedora deverá apresentar qualquer um dos seguintes documentos, em cópia autenticada:

- Ato Constitutivo e/ou Contrato Social Registrado, quando o profissional for sócio da empresa;
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional;
- Contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo responsável técnico e pelo responsável legal da proponente.

A licitante vencedora não poderá substituir os membros da equipe técnica, salvo casos de força maior, e mediante prévia concordância do SAMAE, apresentando para tal fim, o acervo técnico do novo profissional a ser incluído na equipe técnica, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

A licitante vencedora deverá providenciar máquinas, equipamentos e mão-de-obra compatíveis com o serviço contratado. Não obstante está subentendido que a CONTRATADA terá que complementar a relação de equipamentos e equipe técnica, com todo e qualquer pessoal, máquinas e equipamentos necessários para o perfeito desempenho das suas atividades na execução dos serviços, de acordo com o cronograma apresentado.

D) Visita Técnica

A visita técnica deverá ser previamente agendada com o SAMAE. O prazo final para realização de visita técnica, deve coincidir com o prazo final para recebimento de propostas. Em hipótese alguma serão aceitas posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes de execuções a serem realizadas, que levem a majoração dos preços contratados.

Todos os participantes deverão apresentar uma **declaração** na qual devem constar estar cientes das condições da estrutura onde serão instalados os guarda-corpos, portões, grades de piso, plataformas, escadas e tampas de inspeção. Este documento deverá ser apresentado como parte da documentação exigida, requisito de Habilitação.

A justificativa da visita técnica é pela complexidade dos serviços de instalação e montagem, principalmente pelas condições da estrutura existente onde serão instalados os produtos na qual impactam diretamente no nível de dificuldade de execução e fixação, devendo a Contratada executar todos os serviços necessários na estrutura existente para a fixação dos mesmos.

As entregas e instalações dos materiais solicitados dependem de vários ajustes nos devidos locais. Portanto, no valor da proposta deverão estar inclusos todos os materiais e serviços necessários para a perfeita execução do objeto licitado, inclusive ajustes na estrutura existente.

A licitante deverá agendar a visita, com antecedência mínima de 48 horas, com o SAMAE. A visita deverá ser feita por técnico de nível superior da proponente, habilitado pelo Sistema CONFEA/CREA.

12. FISCALIZAÇÃO

A FISCALIZAÇÃO dos serviços contratados será efetuada por técnicos do SAMAE, que deverão dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários, dentro do escopo do objeto.

A CONTRATADA se obrigará a chamar a FISCALIZAÇÃO com antecedência razoável sempre que houver necessidade.

São de competência e responsabilidade da FISCALIZAÇÃO:

- Fazer visitas necessárias de inspeção aos serviços, verificando se está sendo executado de acordo com os projetos, especificações e cronogramas;
- Atender os chamados da CONTRATADA para esclarecimentos e decidir os casos nas especificações ou projetos.
- Acompanhar, analisar e liberar as medições e faturas dos serviços mensais, em conjunto com a CONTRATADA.

Os servidores responsáveis pela Fiscalização dos serviços serão designados através de documento específico.

13. SUBCONTRATAÇÃO

São vedados o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

14. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

Respeitando o critério de aceitabilidade dos preços das propostas e, para efeito de classificação e em cumprimento ao artigo 40, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/1993, o preço máximo total a ser pago para a execução dos serviços será de **R\$ 1.172.395,73 (um milhão cento e setenta e dois mil trezentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos)**, observado o disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

Serão desclassificadas as propostas com valores Superiores ao Valor Total e/ou Valores Unitários Superiores aos estabelecidos no Orçamento Estimado pelo SAMAE.

15. CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Após a conclusão dos serviços a CONTRATADA deverá oficializar ao SAMAE o encerramento dos mesmos, o qual fará suas considerações e relatórios de pendências, se for o caso, sendo obrigação da CONTRATADA a execução dos serviços faltantes para a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

A inspeção de recebimento será realizada conforme indicado abaixo:

- Exame visual, não são admitidas falhas no revestimento, trincas, fissuras, bolhas e delaminações;
- Exame dimensional, após a instalação deve-se fazer a verificação das dimensões e espaçamentos dos guarda-corpos, conforme projeto executivo fornecido pela Contratada.

Fica a CONTRATADA obrigada a manter, por conta e risco, os serviços executados em perfeitas condições pelo período de 90 (noventa) dias após a emissão do Termo de Recebimento Provisório e, somente após este prazo, será providenciado pela CONTRATANTE o Termo de Recebimento Definitivo, documento este necessário para pagamento da última fatura, correspondente à última medição.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO/ORDEN DE INÍCIO

O presente contrato vigorará por um período de 240 (duzentos e quarenta) dias corridos, a contar da data de recebimento da Ordem para Início dos Serviços, expedida pelo SAMAE, em até 15 (quinze) dias após a publicação do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666/1993, ou alterado, fundamentado no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

Caxias do Sul, 28 de janeiro de 2019.

Yuri Sawada Ono
Engenheira Civil – CREA RS 160.792
Divisão de Planejamento Integrado

Gerson Antonio Panarotto
Diretor de Divisão de Planejamento Integrado